



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Ata de Reunião Extraordinária do Colegiado Territorial da Chapada Diamantina sobre o ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico da Bahia

Aconteceu às 9h00 do dia 09 de setembro de 2020 de forma remota pela plataforma Google Meet, a Reunião Extraordinária do Colegiado Territorial Chapada Diamantina - CODETER para dialogar sobre a reabertura da Nova Consulta Pública do ZEE Bahia, disponível no site <http://www.zee.ba.gov.br/zee> com o objetivo de adequar o documento às necessidades dos respectivos municípios que integram o Território de Identidade Chapada Diamantina. Participaram da reunião representantes CODETER e Chapada Forte, secretaria de Planejamento - SEPLAN, Companhia de Ação Regional - CAR, Secretaria de Desenvolvimento Rural - BahiaterSDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Parque nacional da Chapada Diamantina, Apa Marimbus, Arie Nascentes do Rio de Contas, Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura de Andaraí e Divisão de Turismo de Seabra. Participaram ainda o Ministério Público Estadual – MPE, representados pelo Promotor Augusto Cesar do Alto Paraguaçu Sr^a Diva Maria Miel Rocha Monteiro de Castro - 1^a Promotoria de Justiça de Seabra; além dos demais representantes da sociedade civil em sua maioria conselheiros das Unidades de Conservação Apa Marimbus Iraquara, Parque Nacional da Chapada Diamantina e Árie das Nascentes de Rio de Contas.

Sirlene abriu a reunião expondo o histórico desde 2013, apresentou desde o edital, discorreu sucintamente sobre as imagens da Audiência Pública em novembro de 2013 e Consulta Pública em 2014, bem como aos motivos que inviabilizaram a validação do instrumento. Por fim o motivo da reunião com a reabertura do processo com inclusão de dos relatórios novos no site para consulta pública, depois de quase sete anos para contribuições on line da sociedade civil. Interrompeu a apresentação e concedeu a palavra a Renato Cunha Renato Cunha - Engenheiro e Coordenador do Gambá- Grupo Ambientalista da Bahia, que atualmente integra o Grupo estadual Diálogos ZEE, que se disponibilizou a fazer uma contribuição inicial. Saudou os convidados especialmente amigos de longa data, reforçou sobre a importância do ZEE que é uma necessidade incontestável; mas que da forma que foi posto tem negociado prazos, tendo formalizado o pedido de reabertura do ZEE por 120 dias; também que está havendo mobilizações em várias regiões do estado e particularmente fez solicitações a SEMA para que este prazo se estenda, bem como fez contato diretamente com o Secretário João Carlos sobre o prazo está sendo negociado por parte da SEMA/INEMA, inclusive pediram uma agenda e o mesmo só poderá no fim do mês. Foi sugerido discutir o ZEE no CEPRAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente e cobrou as Atas das Audiências Públicas e Consultas Públicas Anteriores, ao final pediu licença para se retirar devido a outros compromissos e se colocou à disposição para outras necessidades.

Em seguida Sirlene passa a palavra para Emílio Tapioca, representando o CODETER, que pontuou em relação às audiências públicas anteriores, algumas demandas reprimidas, entre as quais: Redefinição das áreas produtivas X Áreas de preservação e proteção do patrimônio natural e cultural (zonas intangíveis); Ampliação do diálogo e pactuação das ações nas instâncias de governança (CODETER & Consórcio Chapada Forte) Consolidação dos marcos territoriais; Quanto aos aspectos bióticos; Caracterização dos biomas nos municípios (Mata Atlântica/Caatinga e Cerrado); Planos de Manejo das UCs estaduais e municipais - captação de recursos para elaboração e execução; Valorização da economia criativa e solidária; Diversificação da agricultura familiar versus o Agronegócio; rever ante as vocações e



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

potencialidades postas na atualidade, a exemplo do Turismo convencional para o Turismo Sustentável e de base comunitária.

Denis Soares da Secretaria de Planejamento Estadual destacou sobre os investimentos feitos para os estudos em questão e que as análises postas atualmente se refere aos relatórios, os quais se necessário validação e se necessário a atualização diante do tempo que ficou parado, mas que pela importância, necessidade do documento e do investimento feito, se faz necessário encontrar meios para validação.

A palavra foi passada ao Promotor de Justiça Ambiental, Dr. Augusto César Matos, que discorreu que o tema ZEE já fora objeto de apuração acerca da sua validade e legalidade pelo Ministério Público ainda no ano de 2004, quando todas as Promotorias Regionais Ambientais abriram Inquérito Civil Público para investigar eventuais ilegalidades formais ou descumprimento de requisitos mínimos para sua validade.

Sendo que no caso específico da Promotoria regional Ambiental do Alto Paraguaçu que cuida da região da Chapada Diamantina, cuja sede está em Lençóis a investigação por meio do Inquérito Civil Público nº 152.0.239326/2013, que já contava a frente com este Promotor de Justiça que ora se apresenta teve como objeto acompanhar a implantação do ZEE- Zoneamento Ecológico Econômico do estado da Bahia, notadamente em face das Zonas da Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço (zona 9); Chapada de Irecê (zona 10); Gerais da Diamantina (zona 11); Depressão e Patamares do Rio de Contas (zona 12); Chapada de Morro do Chapéu (zona 15) e Piemonte da Chapada Diamantina (zona 16), bem como aferir a sua regularidade jurídico-legal.

Durante a tramitação de investigação o Ministério Público da Bahia estabeleceu uma linha de diálogo a partir da interlocução com o Governo do estado e suas secretarias de Planejamento e Meio Ambiente, SEPLAN e SEMA, por meio deste representante do MP, que fora designado juntamente com a Promotoria de Justiça Regional ambiental de Paulo Afonso para estabelecer tratativas para trazer o ZEE aos ditames legais antes que fosse finalizado e enviado a ALBA.

Houve várias discussões entre o Governo e a sociedade civil também com a intermediação do MP para que pudessem ser ajustadas as informações constantes dos estudos as realidades dos territórios e pudessem ser garantidas a efetiva participação popular no processo, nesse sentido, é importante que se diga que na sua origem a atuação do MP iniciou-se pela chegada a esta Promotoria de Justiça do Alto Paraguaçu de representação, por meio de “ Carta do Movimento socioambiental da Bahia em prol de um ZEE participativo” endossado por um coletivo de representações da Sociedade Civil, tratando da inexistência da garantia de participação ampla e democrática as representações da sociedade civil na elaboração do ZEE pelas Secretarias estaduais de Meio Ambiente e Planejamento do Governo do estado da Bahia.

A partir disso houve também uma nota técnica da UFBA e da análise do Decreto Federal nº 4.297/02 pela Promotoria de Justiça do Alto Paraguaçu, e foi expedida uma recomendação conjunta subscrita por todos os Promotores de Justiça com atuação regional na defesa do meio ambiente para que o Governo do estado se ajustasse formalmente. Em síntese, foram recomendadas medidas para o respeito ao processo de elaboração do ZEE, conforme o citado decreto federal, de forma a se garantir o cumprimento dos princípios da participação informada, acesso equitativo e da integração.



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Os Secretários Estaduais de Meio Ambiente e Planejamento responderam e acataram à Recomendação ministerial conjuntamente o que gerou a repetição da fase de escuta da sociedade civil a partir dos territórios, sendo realizada grande audiência pública em Seabra ainda no ano de 2004 para coletar novos estudos e contestações a base de dados técnica do ZEE sobre os municípios da Chapada Diamantina, suas potencialidades e a definição das vocações socioeconômicas dos mesmos, para então serem agregadas ao ZEE.

Cumprida esta fase e não tendo sido encontradas ilegalidades formais outras no processo do ZEE a Promotoria de Justiça regional Ambiental do Alto Paraguaçu em conjunto com outras Promotorias Regionais Ambientais arquivou a investigação.

Assim, transcorrido todo esse tempo o processo de tramitação na esfera do governo da Bahia sobre o ZEE volta a discussão em 2020 tendo sido retornada todas as contribuições daquela época e a justificativa de sua agregação ou rejeição ao ZEE para nova manifestação popular, o que ocorreu em face da pandemia em meio virtual, como se dá aqui.

Nesse sentido o MP se manifestou que não tinha novos elementos para se opor ao retorno da tramitação do ZEE, haja vista que não fora produzido na época outros elementos de prova que trouxessem inverdades aos estudos do ZEE apenas a não observância da garantia da participação popular que fora retratada pelo Governo do estado com nova rodada nos territórios de identidade.

Dando continuidade, Sirlene abriu o espaço para demais pessoas se apresentarem rapidamente, ou colocarem nomes e respectivas funções e ocupações no bate papo. Sem manifestação de apresentação, foi feito agradecimento aos Conselheiros da APA Marimbus Iraquara, PARNA Diamantina e CODETER Chapada Diamantina, entre outros colaboradores que apoiaram a realização da reunião; em seguida apresentou a proposta e pauta da reunião entre as quais: apresentação das análises e propostas as quais foram possível fazer; Apresentação das Zonas que faltam análises; Apresentação das possíveis conferências com os relatórios novos e encaminhamentos.

Passou o bastão para Marcela de Marins representando o PARNA Diamantina, que discorreu sobre as análises feitas nas zonas 09: Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço que corresponde a Abaíra; Andaraí; Barra da Estiva; Boninal; Bonito; Ibicoara; Ibitiara; Iramaia; Iraquara; Itaeté; Jussiapé; Lençóis; Mucugê; Nova Redenção; Novo Horizonte; Palmeiras; Piatã; Rio de Contas; Seabra; Souto Soares; Wagner = 11.271,9 km² corresponde a 30,68% da Zona; bem como a Zona 10 : Chapada Diamantina: Iraquara; Morro do Chapéu; Palmeiras; Seabra; Souto Soares = 2.692,7 km² e corresponde a 24,43% da Zona. Informou ter analisado as zonas 9 e 10 e que no dia anterior questionou aos membros do GT uma dúvida, pois o mapa apresenta algumas informações que não aparecem nas diretrizes das zonas. Por exemplo: o mapa da zona 9 menciona a potencialidade eólica mas as diretrizes não mencionam energia eólica. Analisando somente esses documentos não fica claro se é possível ou desejável pelo estado da Bahia a exploração de energia. Disse ainda que a zona 9 cobre uma área muito extensa, cobrindo todo o Parque Nacional e um município como Caitité. Uma das diretrizes da zona é a mineração, passando a impressão que toda a zona poderia ser minerada. Ainda sobre a zona 9, pontuou que abrange 3 bacias hidrográficas: Paraguaçu, Rio de Contas e São Francisco e apesar de conhecer apenas a bacia do Paraguaçu a pressão sobre os recursos hídricos aumentou muito nos últimos anos, apresentando uma situação muito mais crítica que 6 anos atrás. O Holding do



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitira, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

agronegócio acabou com às águas subterrâneas na sua área de atuação em Mucugê, aumentou muito a perfuração de poços na região. Sugeriu que deveria haver maior restrição para atividades de irrigação, avaliação hidrogeológica e incentivo a tecnologias que economizam e favorecem a disponibilidade de água, como a agricultura sintrópica. Muitas das recomendações para zonas mais áridas deveriam ser utilizadas na zona 9, onde estão as nascentes do rio Paraguaçu. Por fim sugeriu também o fomento do governo estadual para elaboração dos planos diretores dos municípios turísticos que estão sofrendo com a ocupação desordenada.

Dr. Augusto confirmou que que é importante que o ZEE estabeleça claramente as limitações das atividades econômicas, que isso não está claro, portanto devemos propor as limitações.

A Professora Gislene da UNEB e conselheira da APA Marimbus, deu continuidade as análises e proposições Sobre a Zona 09 e 10. Inicialmente informou que as zonas e regiões pelas quais foram delimitadas pelo ZEE não são compatíveis com outros instrumentos de planejamento do governo do estado, como a divisão territorial, portanto dificulta a compreensão. Questionou por que usar essas outras categorias de planejamento? Com base em que metodologia ela foi tomada? Além de descrever zonas muito grandes e com biomas diferenciados, ela confunde e desorganiza a sociedade, que já estava mobilizada pra pensar enquanto território. Isso dificulta consideravelmente a compreensão do projeto e prejudica a participação da sociedade civil. Atentou que as diretrizes pareceram ambientalmente bem formuladas, com destaque para as Unidades de Conservação e seu fortalecimento, entretanto nos mapas aparecem potenciais econômicos incompatíveis; a exemplo de empreendimentos de energia eólica, solar, gás e petróleo. Me parece que minimamente precisa ficar claro se essa potencialidade inclui as UC's ou não? Destacou a agroecologia e o turismo de base comunitária como potencialidades econômicas compatíveis para as UC's, mas elas não estão destacadas, portanto poderiam ser colocadas como prioridades. Reforçou que a autonomia das comunidades tradicionais mencionadas no ZEE, são extremamente vulneráveis diante da definição da atividade econômica. A exemplo, os dilemas do povoado de Riacho do Mel diante do avanço das eólicas previstas. E que o ZEE precisa prever mecanismos de fortalecimento comunitário e pesquisa dos impactos sócio-culturais e políticos destas atividades. Talvez estabelecendo parcerias com as universidades ou ONGS que ampliem os mecanismos de escuta, formação e participação comunitária. As questões de gênero e etnias não aparecem em nenhum momento das partes que leu e finalizou que o ZEE deve definir diretrizes para o fortalecimento da economia feminina no nosso território, bem como das comunidades quilombolas e indígenas.

Em seguida, Angela Leone apresentou as análise feitas em conjunto com Ana Carolina Queique, ambas são conselheiras da Arie das Nascentes do Rio de Contas, fizeram pontuações dobre a Zona 09: Chapada Diamantina e Serra do Espinhaço e Zona 11: Gerais da Diamantina. Iniciou informando que ela e Ana Carolina Queique, participaram, há anos atrás, da consulta pública do ZEE e que elas agora deram uma rápida analisada nas diretrizes e observaram que é preciso revisar as potencialidades de cada zona. Por exemplo, na Zona 11, apesar de ter como limitações a elevada vulnerabilidade hídrica e de erosão, nas potencialidades tem mineração e nada se fala sobre agricultura familiar com base agroecológica ou cita a zona como região produtora de água. Em Piatã a exploração mineral de ferro foi iniciada perto de corpos d'água do Rio de Contas, e não houve nenhuma consulta pública. Sugeriu que nas áreas de vulnerabilidade hídrica e rica biodiversidade, se faça uma lista atividades incompatíveis. Sugeriu que na diretriz que fala das barragens seja dito se para uso público ou privado. Angela finaliza destacando a necessidade de se entender que os gerais, por si só, são reservatórios de água que servem de acúmulo hídrico



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

até a próxima chuva. Alertou que são eles que alimentam o sistema hídrico da região e que sua destruição pode pôr em risco os cursos d'água. Sirlene complementou que Calor informou que ao comparar as diretrizes nos papéis que guardou de 2014, pode observar que não tinha proposição de energia eólica e atualmente dispõe.

Sirlene apresentou pontuações feitas pelo Geólogo Antônio Dourado sobre a Zona 15: Chapada de Morro do Chapéu. Sobre atividade e expansão, informou a irrigação em Morro do Chapéu é uma realidade e não consta nas diretrizes, outra observação é que desconhece pescadores na região; criticou o zoneamento parcial, no qual não identificou a APA dos Brejões, bem como diversos sítios arqueológicos. Sugeriu atividades sustentáveis no campo da agricultura, cultura e turismo e a criação e manutenção de Brigadas de Incêndios Florestais, por fim destacou que achou o prazo exíguo e impossível de fazer as análises. Por fim, Sirlene finalizou trazendo proposições em curso de caráter estruturante no que tange ao Turismo Sustentável com Responsabilidade Social na Chapada Diamantina de Turismo Científico, citando o Projeto dos Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina, Geoparques Morro do Chapéu, Serra do Sincorá, Alto Rio de Contas, entre outras propostas a exemplo de Iraquara e extensão para Seabra, Projeto Estrada Real e Expedição Circuito do Ouro e Diamante, ambos nascidos no território, universidades e nos próprios órgãos estaduais, portanto projetos estruturantes no âmbito estaduais, exceto o último validado por gestores municipais de turismo do Circuito do Ouro e Diamante pelo Programa de Regionalização do Ministério do Turismo. Concluiu ainda que para a garantia da sustentabilidade, a agricultura familiar, o turismo de base comunitária e o contexto histórico-cultural regional necessitam ser apoiados.

Retomou a pauta e informou sobre as zonas as quais não foi possível fazer as análises pelos membros do GT criado para este fim, entre as quais, ZONA 12: Depressão e Patamares do Rio de Contas: Barra da Estiva; Iramaia; Itaeté; Marcionílio Souza; Rio de Contas = 3.443,2 km² e corresponde a 14,77% da Zona; ZONA 16: Piemonte da Chapada Diamantina: Andaraí; Barra da Estiva; Bonito; Ibicoara; Iramaia; Itaeté; Lençóis; Morro do Chapéu; Nova Redenção; Utinga; Wagner = 3.959,6 km² e corresponde a 71,95% da Zona; ZONA 18: Borda Oriental da Chapada: Marcionílio Souza; Morro do Chapéu; Utinga = 364,8 km² corresponde a 2,15% da Zona; ZONA 21: Planalto de Maracás: Marcionílio Souza = 10,9 km² e corresponde a 0,36% da Zona.

Em seguida disponibilizou espaço para apresentação das possíveis conferências com os relatórios novos, mas a única pontuação foi feita por Dr. Augusto que trouxe como item de pauta para a sociedade civil debater e questionar sobre o porquê da rejeição das contribuições da sociedade civil presentes no site do ZEE, disponível no Anexo II – Diretrizes originais Manifestações da Sociedade e Justificativas; Apresentação das Diretrizes, Diretrizes Originais com validação em plenária e justificativas, Diretrizes Novas vindas de manifestações da sociedade e justificativas. Gislene Moreira, propõe que deve ser feito o reatamento dos motivos de rejeição das propostas de 2014 e trazer novos elementos fáticos, com base no transcurso do tempo da feitura dos estudos para atestar que existem limitações naturais a expansão da ocupação de solo predatório e contrário ao princípio da conservação dos recursos naturais e Augusto se coloca à disposição.

Foi franqueada a palavra a todos os participantes e membros do GT ZEE Chapada Diamantina, que se colocaram complementando as informações apresentadas pelos explanadores.

Rilza Rola, informou que se faz necessário mais clareza e direcionamentos por parte do Estado,



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

demonstrou indignação com tanta demora, bem como sobre a complexidade que tornam as reuniões improdutivas e de difícil solução; Sirlene interveio, que o Estado apenas disponibilizou a consulta no site e que a mobilização partiu da sociedade civil, justamente por entender que os simples mortais sozinhos não teriam condições de avaliar.

Laura Garcia, questionou como fazer para os demais poderes conhecer e participar do ZEE? Que a Câmara de vereadores de Lençóis estão em processo de atualização do Lei Orgânica Municipal e insistem em colocar na LOM a prioridade do município fomentar a Agropecuária? Como, Dr. Augusto e Dra. Diva, podemos corrigir isso? A Srª Diva Maria Miel Rocha Monteiro de Castro - 1ª Promotoria de Justiça de Seabra, informou que estava participando apenas como ouvinte, já que estava com problema no áudio.

Em seguida Vinícius Luna, representando a Bahiater, informou que a problemática dos rios este ano será amenizada pelo excesso hídrico que este ano se apresenta o volume de chuvas superando a média dos últimos anos e assim amenizando toda problemática dos cursos dos rios; que as Secretarias de Meio ambiente deverão se engajar mais nas problemáticas das atividades e ações pertinentes a seus Municípios e as Chapada Diamantina como um todo, hoje muitas secretarias estão limitadas a limpeza pública, não saindo deste nicho, ou seja, não engajando em ações próprias ao Meio Ambiente e as questões Ambientais; Propôs envolver mais os Consórcios Municipais nas questões Ambientais, aproveitar o momento político e enviar cópia do ZEE e carta propositiva para todos os Candidatos, depois das Eleições fazer visita aos Eleitos e saber o que será feito em prol das ações ambientais e incentivar a participação nos espaços pertinentes no CODETER e demais câmaras e consórcios; Visualizar as compensações sociais dos empreendimentos implantados e a serem implantados, no que tange o retorno social e ambiental, muitos não é claro este engajamento e devolução a sociedade; Buscar saber previamente o plano de instalação das eólicas para poder monitorar, mapear e opinar nas adequações dos entornos das mesmas; Envolver as comunidades tradicionais buscando incentivar o turismo de base comunitária, a culinária e o convívio social, no empoderamento do pertencimento dos mesmos, assim, fortalece as comunidades e evitar, além do êxodo rural, a mudança de características locais, ofertando condições de vivência e sobrevivência e ganhos com suas atividades tradicionais.

Juraci do Movimento Salve as Serras, apresentou a posição do grupo, enquanto articulação, que propõe para não ser instaladas torres eólicas nem atividades de mineração nas áreas de ocorrência de nascentes, rios e cachoeiras da Chapada, bem como que sejam respeitadas as leis que tratam de seus impedimentos nas áreas de rotas migratórias de aves, distância de áreas onde vivem as comunidades, conservação dos topos das serras com manchas de Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Ratificamos, é importante frisar que esta região da Serra do Espinhaço é considerada pela UNESCO como Reserva da Biosfera. Defendemos que seja assegurado, a todos os povos e comunidades da Chapada, seus territórios tradicionais. Somos pela revogação da Instrução Normativa 01-2020 do Governo da Bahia, que nega este direito aos povos tradicionais e vulnerabiliza a sustentabilidade socioambiental dessa importante região da Bahia, fonte de importantes rios como o Itapicuru, São Francisco, entre outros. Por fim, informou que o movimento redigiu uma carta, conforme (anexo1).

O próximo a fazer o uso da fala foi Vinícius Morende, alertou que é necessário chamar a atenção para o prazo curto de avaliação das diretrizes do ZEE, tendo em vista os poucos dias até o encerramento das considerações pelo Estado, determinado para o dia 15/09/2020, sobre os



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaiara, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

conflitos problemáticos e efeitos promovidos pela energia eólica ao território de identidade da Chapada Diamantina; bem como o fato da região fazer divisa com o maior número de territórios diferentes, ao todo nove territórios e suas consequências. Isso significa que uma série de influências externas ao território, vinculadas aos espaços circunvizinhos, afetam as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e burocráticas da Chapada Diamantina. Exemplo da complexidade de discutir as diretrizes do ZEE neste território em prazo restrito é o fato de que a Chapada Diamantina é o território de identidade da Bahia que possui o maior número de zonas diferentes definidas pelo ZEE dentro de suas fronteiras. São oito zonas com diferentes diretrizes que precisam ser analisadas. Esta diversidade de situações ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas faz com que muitas vezes ações realizadas fora do território impactem diretamente o bem-estar dos moradores da Chapada Diamantina, sobre conflitos. Um exemplo recente é o caso recém publicizado de surto de contaminação da comunidade quilombola reconhecida pela fundação Palmares do Velame, localizado no limite ocidental do município de Morro do Chapéu. A comunidade tem por característica a manutenção da cultura ancestral e os modos de produção tradicionais, sendo produtora de gêneros alimentícios orgânicos. No entanto, a utilização de defensivos agrícolas por proprietários de grandes áreas de terra nas imediações, que se espalham até os municípios vizinhos localizados no território de Irecê, sem o devido controle ou racionalidade está provocando há alguns meses a contaminação de dezenas de quilombolas da comunidade. Vide (anexo II) com complemento de informações e referências bibliográficas encaminhadas posteriormente.

Ana Carolina, informou que a legislação aponta empreendimentos voltados para eólica e mineração como sendo de utilidade pública e interesse social. Respondeu ainda a Gislene que perguntou no Chat se esses empreendimentos poderiam ser implantados na APA? A resposta foi sim, a depender do local, do zoneamento da APA, e que UC, são criadas por decreto, e, podem ser modificadas a poligonal, o tamanho, e até extinta, a depender do interesse público. Falou também que a anuência que antes as UC tinham que dar para os empreendimentos, agora é limitada a empreendimentos que necessitem de EIA RIMA, e, nem todos são necessários, depende do porte do empreendimento.

Nesse sentido Dr. Augusto recomendou-se a sociedade civil e as universidades instaladas aqui na Chapada com atuação na defesa do patrimônio natural e cultural que pudessem se debruçar sobre a base de dados e informações do ZEE com foco nos seguintes produtos desenvolvidos do ZEE : (I) diagnóstico dos recursos naturais e da sócioeconomia de cada zona; (II) diversos estudos subsidiários como os de vulnerabilidade natural, social; qualidade da biodiversidade; avaliação das potencialidades e limitações; unidades geoambientais e unidades de paisagem; (III) Sistema de Informações Georreferenciadas - SIG; (IV) cenários; (V) discriminação de Zonas; e (VI) de diretrizes gerais e específicas para cada zona.

Para que, após vistas as peculiaridades de cada município pudessem ser questionadas a legitimidade e veracidade deste conhecimento produzido e acima de tudo se as diretrizes propostas para o território contemplavam os anseios da sociedade civil, notadamente seus modos e costumes tradicionais.

Foi dito também pelo Promotor de Justiça Dr. Augusto César Matos que estava a disposição para agregar ao grupo de trabalho a ser criado acerca das ilegalidades eventualmente constadas a partir da contestação dessa base técnica do ZEE que fora disponibilizada no site: www.zee.ba.gov.br, municiando a sociedade civil dos instrumentos legais que pudessem mais



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

uma vez garantir o interesse coletivo e proteção ambiental, contudo, nesse momento após ter no passado arquivado a investigação sobre o ZEE por ter o mesmo cumprido as formalidades e conteúdos mínimos, o único caminho possível ao MP era que existissem estudos ou provas que rebatessem a base de dados ou desconstruíssem os produtos do ZEE feitas por experts e a sociedade civil, como dito antes na minha fala.

Sugeri que pudessem ser produzidos conhecimentos visando mostrar algumas vulnerabilidades do ZEE. Podendo comprovar com dados técnicos e concretos que não houve alteração do diagnóstico inicial mesmo após a participação social assegurada pelo MP e que não houve restrições de uso e zoneamento efetivo face aos territórios da Chapada vulnerabilizando portanto o patrimônio ambiental natural e cultural.

Assim, entende Dr. Augusto que o caminho dos trabalhos no território deve ser uma análise dos especialistas sobre os conteúdos mínimos exigidos para o ZEE, bem como a realização de reuniões por territórios ou grupo de municípios para que haja uma discussão com todos os agentes sociais em cada região, avaliando se as sugestões ainda no ano de 2004 em Seabra foram ou não contempladas e quais aspectos colocados deveriam repercutir em vedação ou restrição de uso nos territórios para se garantir a proteção aos recursos ambientais, bem como avaliar se a distância do tempo da realização dos estudos pelo Governo do estado da Bahia não compromete a base de dados como retrato incompleto e equivocado da realidade sócioambiental dos municípios da Chapada.

Maria Medrado pontuou no bate papo que para enfrentar as limitações jurídicos de proteção que Carol apontou, devemos ainda mais ter atenção ao ZEE que pode contribuir para amenizar as limitações ou fragilidades. Concordo com Dr. Augusto!

Pablo Casella, escreveu no chat e depois contextualizou alertando que numa camada profunda, o conceito de 'unidades de conservação', super necessário e imprescindível para o mundo contemporâneo, tem sido absorvido com grande deleite pelo sistema desenvolvimentista focado no ganho a qualquer custo. Isso porquê há um raciocínio (sutil, inconsciente, fruto de uma construção coletiva e inconsciente de algumas décadas) do tipo: "se a gente garantir as UC, o resto pode ser apropriado de qualquer forma?". Trago essa reflexão porque o ZEE é o GRANDE instrumento legal para contrapormos a essa lógica, que é nefasta e perniciosa. Não nos deixemos convencer de que havendo as UC no território, então estamos garantidos e todo o restante do território que não é UC pode ser utilizado sem critérios para o desenvolvimentismo. Além do quê, a proporção do território protegida por UC não é capaz, citou o exemplo, de garantir o regime hídrico natural do território, que depende de vastas áreas (produtoras de água) que não estão dentro de nenhum tipo de UC. Fora os temas intrinsecamente ligados à conservação da biodiversidade, que depende de áreas mais amistosas à Natureza fora das UC para que haja o saudável fluxo gênico entre os indivíduos das populações de seres vivos. Poderíamos criar UC nessas regiões, Dr. Augusto, desde que fossem do grupo de Uso Sustentável, a exemplo da APA. A questão é percebermos que não temos mais (minha percepção muito particular) cenário político favorável (nas três esferas governamentais) favorável para criarmos mais UC. Trouxe uma outra percepção: o conceito de APA, super sofisticado, talvez até demais para nosso estágio civilizatório, é muito semelhante à própria ferramenta chamada ZEE. Ambos são formas de gestão de território seguindo vocações ambientais, geológicas, culturais e econômicas de um dado território.



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Therezinha Gaury questiona no chat em qual ou quais momentos a sociedade civil, sobretudo as pessoas das comunidades, grandes atingidas pelos empreendimentos, estão participando desse debate e tendo voz para levar suas reivindicações? Posteriormente disse que fala por Seabra, onde mora e onde está envolvida com as comunidades: nenhuma das lideranças estavam sabendo dessa discussão e do zoneamento, embora várias delas estejam passando por problemas seríssimos com mineradoras. Sirlene reforça que por parte do poder público nenhuma ação de mobilização exceto disponibilizar a consulta no site foi feito. Falou do esforço feito de mobilizar a sociedade por meio da articulação dos conselheiros da APA com o território para a respectiva reunião, posteriormente enviou ofício para as instituições afins, divulgou massivamente via grupo de whats app e redes sociais, mesmo assim a adesão foi baixíssima apesar da divulgação.

Gislene Moreira, questiona ao Promotor Augusto o que pode ser feito objetivamente pra frear esses avanços? A sociedade civil está muito fragilizada e desmobilizada neste cenário atual...

Dr. Augusto reforça que do ponto de vista legal, o Inquérito que tinha aberto inicialmente entre 2013 e 2014, teve que ser fechado pois o estado cumpriu as exigências feitas no sentido de dar publicidade aos fatos, mas que havendo novos indícios de irregularidades, especialmente por meio de dados técnicos que contrapõe o ZEE, há possibilidade de nova judicialização.

Chegando ao fim Sirlene agradece aos membros do GT e estendeu o convite a quem quiser integrá-lo para contribuir nas análises das zonas que não foram analisadas, bem como compará-las aos relatórios novos. Agradeceu também entre outros representantes, os quais fizeram contribuições agregadoras, trazendo para o coletivo discussões e proposições de 2013 e 2014, os quais estavam na memória individual, as quais atualmente teremos mais parâmetros para compararmos aos relatórios novos.

Por fim seguiram para os encaminhamentos finais, entre os quais forma validados:

Sirlene propõe que os membros do GT, entre outros participantes façam a leitura do documento, especialmente os mapas e diretrizes que não foram analisados e façam as respectivas contribuições no site;

Conforme sugestão de Dr. Augusto e acolhido pelo GT ZEE Chapada Diamantina, buscarmos com especialistas e nas universidades referências científicas que embasem as justificativas sobre limitações e potencialidades e ver documentos e analisar o que divergia do documento aprovado e o que foi colocado agora para consulta, para judicializar;

A professora Gislene sugeriu a Dr. Augusto e a Sirlene a realizações de outra reunião via TV UNEB na segunda as 14h30 para ampliar a discussão, a proposta foi acolhida. Dr. Augusto encerrou sua fala agradecendo o convite e a oportunidade de fazer parte da discussão e colocou-se a disposição para a busca de consensos sobre o tema e colaborar nos trabalhos que por ventura forem desenvolvidos.

Não havendo mais nada a tratar, eu Sirlene Rosa de Souza, encerro a presente ata que será comprovada com o print da tela abaixo com alguns dos participantes:



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abáira, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Reunião ZEE Chapada Diamantina

Pessoas (19) Bate-papo

Laura Garcia 08:51
Bom dia a todos!!!

Laura Garcia 08:54
Laura Garcia, Lençóis - Sociedade civil

Lúcio Moraes 08:55
Lúcio Moraes - ACEL, Lençóis.

Pedro Brentan 08:56
Bom dia, Pedro Brentan, Lençóis, civil

Emilio Tapioca 08:56
Poderia por a pauta e inscrição de fala por favor

Lua dos Vinhos 08:57
Vinicius Luna - Bahiater/SDR Setaf Chapada Diamantina

Juracy Marques 08:58
Bom dia! Juracy Marques do Movimento Salve as Serras: www.salveasserras.org

Emilio Tapioca 08:59
Teremos uma reunião às 09:30 peço a compreensão de todos e gentileza da fala! dow.

Enviar mensagem para todos



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

ANEXO I



POSIÇÃO DO SAS SOBRE O ZEE BAHIA

Documento que está sendo discutido e elaborado pelo Movimento Salve as Serras (www.salveasserras.org)

Inicialmente, o Movimento Salve as Serras (www.salveasserras.org) integra dois importantes territórios de identidade: Piemonte da Chapada e Piemonte do Itapicuru. Entretanto, na proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia, em apreço, integra a Zona 18: Borda Oriental da Chapada.

Sobre a proposta que trata dessa área, tecemos as seguintes considerações:

1. No campo das PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS devem ser incluídas as atividades turísticas, intensa prática de atividades da agricultura familiar, com destaques para as realizações das feiras orgânicas, produção de café...
2. Na Descrição Ecológico-Econômica da Zona: destacar que é uma área considerada pela UNESCO como Reserva da Biosfera; tem grande área coberta por Mata Atlântica, embora com ocorrências de áreas de transição de Caatinga e Cerrado, são áreas de rotas migratórias de pássaros; A Ecologia Humana desse espaço é singular, com forte memória ancestral negra e indígena, concentrando grande quantidade de povos e comunidades tradicionais, destacando o Povo Payayá; Reforçar que, por ser área de grande concentração de importantes rios do Semiárido como o Paraguaçu, Itapicuru, Salitre, São Francisco, entre outros, requer ações de preservação desse patrimônio natural do Estado (nascentes, cachoeiras e rios). Nesse particular o Estado deve finalizar a criação da APA Nascentes do Itapicuru e criar mais unidades de conservação e preservação para proteger essas riquezas naturais da Bahia; por fim, nesse particular, deve ser desfocado a ideia de que as riquezas minerais geram riquezas. Ao contrário, deixam passivos ambientais irremediáveis e destrói a principal indústria e fonte econômica dessa região que é o Turismo. Vale salientar que, hoje, a atividade de mineração, contribui com menos de 1% para o PIB do Brasil.
3. Na parte dos Projetos Estruturantes: Com as devidas ressalvas deve-se mencionar o Eixo Sul da Transposição do São Francisco que já dispõe de licença prévia.
4. Nas potencialidades: merece questionamentos sérios o estímulo a empreendimentos eólicos e minerais. Como deve ser apontado nas limitações, é uma área com alta vulnerabilidade hídrica, haja vista, parte do território está no Semiárido e ser as serras as fontes dos principais rios que garante a vida de milhares de pessoas e de toda a biodiversidade do estado. Esses empreendimentos comprometem essas vitais fontes naturais bem como impacta diretamente a paisagem, que é o cartão postal da nossa indústria turística.



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Assim, nossa posição, enquanto Articulação, é de que não sejam instaladas torres eólicas nem atividades de mineração nas áreas de ocorrência de nascentes, rios e cachoeiras da Chapada, bem como sejam respeitadas as leis que tratam de seus impedimentos nas áreas de rotas migratórias de aves, distância de áreas onde vivem as comunidades, conservação dos topos das serras com manchas de Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Ratificamos, é importante frisar que **esta região da Serra do Espinhaço é considerada pela UNESCO como Reserva da Biosfera**. Defendemos que seja assegurado, a todos os povos e comunidades da Chapada, seus territórios tradicionais. Somos pela revogação da Instrução Normativa 01-2020 do Governo da Bahia, que nega este direito aos povos tradicionais e vulnerabiliza a sustentabilidade socioambiental dessa importante região da Bahia, fonte de importantes rios como o Itapicuru, São Francisco, entre outros.



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

ANEXO II

Complementos da fala de Vinícius Morende sobre o ZEE na Chapada Diamantina durante a reunião do dia 09/09, pela manhã por meio de videoconferência.

É necessário chamar a atenção para o prazo curto de avaliação das diretrizes do ZEE, tendo em vista os poucos dias até o encerramento das considerações pelo Estado, determinado para o dia 15/09/2020. O fato é que a Chapada Diamantina é o território de identidade da Bahia que faz divisa com o maior número de territórios diferentes, ao todo nove territórios. Isso significa que uma série de influências externas ao território, vinculadas aos espaços circunvizinhos, afetam as dinâmicas econômicas, políticas, sociais e burocráticas da Chapada Diamantina. Exemplo da complexidade de discutir as diretrizes do ZEE neste território em prazo restrito é o fato de que a Chapada Diamantina é o território de identidade da Bahia que possui o maior número de zonas diferentes definidas pelo ZEE dentro de suas fronteiras. São oito zonas com diferentes diretrizes que precisam ser analisadas.

Esta diversidade de situações ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas faz com que muitas vezes ações realizadas fora do território impactem diretamente o bem-estar dos moradores da Chapada Diamantina. Um exemplo recente é o caso recém publicizado de surto de contaminação da comunidade quilombola reconhecida pela fundação Palmares do Velame, localizado no limite ocidental do município de Morro do Chapéu. A comunidade tem por característica a manutenção da cultura ancestral e os modos de produção tradicionais, sendo produtora de gêneros alimentícios orgânicos. No entanto, a utilização de defensivos agrícolas por proprietários de grandes áreas de terra nas imediações, que se espalham até os municípios vizinhos localizados no território de Irecê, sem o devido controle ou racionalidade está provocando há alguns meses a contaminação de dezenas de quilombolas da comunidade.

O surto foi identificado pelo órgão competente da saúde e a região foi alvo de uma operação preventiva da polícia federal. No entanto, representantes da comunidade relatam o receio com a tensão promovida pelos grandes produtores rurais e evitam promover as denúncias, a fim de não sofrerem represálias. Já foram muitas as sugestões para que tivessem cuidado e evitassem confrontar as práticas intensivas dos vizinhos produtores de monocultura em larga escala. Modo de produção que se apresenta cada vez menos possível adaptado aos recursos naturais disponíveis e à permanência do homem no campo. Do contrário disso, é esperada a total fragmentação dos vínculos sociais e culturais e consequentemente das dinâmicas econômicas internas e locais, que mantêm a existência de muitas comunidades. As técnicas intensivas de produção utilizadas sem a devida regulação podem ser consideradas fundamentais para o abandono dos lugares.

Além disso, são muitas as notícias de profissionais de dentro de empresas que operam no setor da celulose interessadas em instalarem polos produtivos na Chapada Diamantina. A maior preocupação, neste caso, poderia ser com o impacto ambiental. Mas o potencial de concentração de grandes extensões de terra por parte das empresas e o deslocamento de um grande número de trabalhadores rurais de seus espaços de vivência pode promover também a completa fragmentação sociais de diversas localidades do território.

Outra atividade econômica cujos efeitos promovidos ao território de identidade da Chapada Diamantina são problemáticos é o da energia eólica. Podemos tomar como exemplo o



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

processo que aconteceu no município do Morro do Chapéu a partir da chegada de técnicos das empresas interessadas em produzir energia eólica no município, em especial, a partir de 2008, quando percebeu-se que o potencial eólico do município era realmente significativo e os testes se intensificaram. Em meados de 2010 o Estado extinguiu o parque estadual, justificando a incapacidade do Estado de gerir a área. O Ministério Público reverteu a extinção, inconstitucional, mas o estrago já estava feito e a Associação de Condutores de Visitantes do município apresentou registros de evidências de circulação de tratores em várias nascentes do rio Salitre, dentro da unidade de conservação ambiental para a instalação de torres de testes dentro do parque.

O poder público municipal também estimulou a invasão das terras da unidade de conservação ambiental em programas de rádio nos dias seguintes ao decreto de extinção do parque. O resultado do processo foi que a extinção deu lugar à redução da área do parque tendo sido retirado da unidade um dos mais importantes sítios arqueológicos do território, a Lagoa da Velha. A compensação da criação de Reservas Extrativistas não foi considerada satisfatória pelos ambientalistas locais, tendo em vista que se deram, sobretudo, pela inclusão de áreas antropizadas. As empresas eólicas chegaram de fato ao município nos anos seguintes trazendo mão-de-obra majoritariamente de fora da cidade, alugaram muitos imóveis, inflacionaram os aluguéis, arrendamento de lotes e os preços de imóveis em geral. Instalaram mais de uma centena de torres, alterando permanentemente a paisagem. Os efeitos da construção da estrada ampla nos topos de serra para a instalação e manutenção das torres eólicas também pode ter gerado um impacto ambiental muito maior do que o previsto. Além disso, possivelmente, a arrecadação do município aumentou, mas a política conservadora controladora da esfera política local do município fez com que os benefícios se concentrassem nas mãos dos tradicionais grupos de poder, que intensificaram a capacidade de influência.

Conclui-se que, a partir de uma série de estudos já realizados no território, a exemplo daqueles elaborados pelo professor Vinicius Morende (2013; 2020) no município de Morro do Chapéu, as ações de apoio aos trabalhadores que atuam a partir de modelos produtivos de base tradicional geram resultados muito mais satisfatórios para o território de identidade. Isso porque são atividades cuja mão-de-obra local já está qualificada a realizar, a exemplo da agricultura familiar, a agroecologia, a permacultura e a construção tradicional, cujo recurso gerado é investido nas localidades, produzindo ciclos econômicos locais virtuosos de reprodução. Além disso, são atividades cujos impactos ambientais são racionalizados, dado que são atividades produzidas por trabalhadores que possuem forte vínculo com a própria permanência nas localidades, o que exige que promovam espaços que possibilitem a continuidade da existência dos núcleos familiares.

Compreendemos que são estas atividades tradicionais que devem ser apoiadas, qualificadas, financiadas e subsidiadas na medida do possível, para que desempenhem condições de realização satisfatórias, com trabalho decente, promovendo condições de vida dignas para as pessoas. Estas condições não são características do modo de produção intensivo no território, que, conforme visto, promove o comprometimento da saúde das pessoas e da qualidade dos recursos naturais, esgota os recursos disponíveis, remete de lucros para lugares distantes, sem qualquer vínculo econômico com o território, deixando para a Chapada Diamantina apenas o ônus.



Território de Identidade Chapada Diamantina-Ba

Abaitra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaitê, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.

Referências bibliográficas:

MORENDE, V. N. Plantar alimento ou combustível?: formação territorial no sertão baiano. Dissertação de mestrado. São Paulo: EACH/USP, 2013.

MORENDE, V. N. A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina: um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu. Tese de doutorado. Salvador: IHAC/UFBA, 2020.